

QUEM FOI LÉLIA GONZALEZ? COMENTÁRIOS AO ARTIGO A JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA E A QUESTÃO DO DESEMPREGO, DE 1979.¹

Kenia Antonio Cardoso²

Lélia Gonzalez nasceu em 1935, na cidade de Belo Horizonte. Filha de mãe indígena, Urcinda Serafim de Almeida, nascida por volta 1889, no Espírito Santo, e pai negro-ferroviário, Acácio Joaquim de Almeida. Não há muitas informações sobre seu pai.

Sabe-se que Dona Urcinda provavelmente descende dos grupos que habitavam a região àquela época: os tupiniquins, no espírito santo, e os maxacalis e krenaks, em Minas Gerais. Foram as etnias que, no século XIX, mais entraram em conflito e causaram resistência aos construtores das estradas de ferro que ligavam Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Eles são descendentes dos botocudos e dos aimorés, povos que foram tidos como “índios bravos” pelas narrativas coloniais. (Ratts e Rios, 2010)

Seu Almeida faleceu quando Lélia ainda era criança e sua família mudou para o Rio de Janeiro, cidade em que cresceu a partir de seus sete anos de idade. A princípio, morando no bairro do Leblon, àquela época ainda não era um bairro de elite, depois mudou-se para Ricardo de Albuquerque para morar na casa comprada por seu irmão, Jaime de Almeida.

Almeida foi um jogador de futebol de destaque, jogando primeiro no Clube Atlético Mineiro e, quando ganha notoriedade, no Flamengo. Jaime conquistou mobilidade social e econômica para si e sua família, o que favoreceu o desenvolvimento intelectual de Lélia. Jaime e, posteriormente Lélia romperam, a

¹Artigo recebido em 12/03/2025. Aprovado pelos editores em 22/03/2025. Publicado em 09/04/2025.
DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66969>.

²Mestre em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC), São Paulo - Brasil. Coletivo Novo Bandung e Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).
E-mail: keniaantonio.c@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6157745287685432>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8059-2701>.

barreira do que Lélia chamou “lugar de negro”, já que tiveram uma trajetória pessoal e profissional bastante ímpar para as pessoas negras de sua época. Jaime como jogador e Lélia, posteriormente, na área da educação.

Lélia chegou a trabalhar como babá na passagem da infância para a adolescência, na casa dos diretores do clube em que Jaime jogava. Era um lugar bastante comum para meninas negras naquela época. Lélia resistiu bastante a esse lugar de “criada da casa” e acabou seguindo outros rumos

Como relatou com frequência a pensadora, Jaime, como seu irmão mais velho, desempenhou papel fundamental em sua criação. Eles tinham quinze anos de diferença e Jaime foi, na década de 40, um dos jogadores mais importantes do Flamengo, de 1941 a 1950, quando se aposentou. Em 1962 transferiu-se para o futebol peruano, onde chegou a ser técnico. Lélia gostava de enfatizar que foi a penúltima filha de dezoito irmãos, e que sua trajetória de estudos foi possível por ser uma das mais novas.

Durante o colégio, na transição da adolescência para a juventude, Lélia se tornou uma pessoa tímida, retraída e distante dos movimentos negros. Ela descreve seu processo de embranquecimento promovido pelos espaços educacionais e seu lugar de exceção com uma mulher negra cuja trajetória superou os lugares comuns de suas iguais: Aos 27 anos Lélia era graduada em História, Geografia e Filosofia na Universidade Estadual da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), era solteira e sem filhos.

Em 1950, os brancos – representando 63,5% da população total – detinham 97% dos diplomas universitários, 94% dos secundários e 84% dos diplomas da escola primária.” (Hasenbalg, 2005, pg. 193)

Contexto de sua produção

A carreira docente de Lélia Gonzalez iniciou-se no ensino superior em 1963, com passagens pelas Faculdades de Filosofia de Campo Grande (Feuc) e Filosofia, Ciências e Letras da UEG. Seu trabalho ganhou destaque na Universidade Gama Filho e nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, onde ocupou cargos de coordenação e direção entre 1973 e 1975 (Vianna, 2006 apud Ratts e Rios, 2010).

Lélia foi uma intelectual destacada por sua capacidade pedagógica, habilidade de instigar a reflexão nos(as) estudantes e capacidade argumentativa. Como se enquadrava em alguns padrões de comportamento da época, usava seus cabelos alisados e havia absorvido códigos de comportamento burgueses, seu trânsito em escolas de diferentes perfis, inclusive escolas militares, foi viabilizado no início.

Durante a segunda metade da década de 60 e início da década de 70, Lélia traduziu importantes livros do francês para o português, momento da ditadura militar em que ainda havia brecha para produção política. Também neste período, Lélia casou-se com Luiz Carlos Gonzalez, de quem mantém o sobrenome por uma homenagem dedicada. Lélia relata que o embranquecimento pelo qual passou caiu por terra no contexto deste casamento, bastante condenado pela família dele, um homem branco. Luiz Carlos se formou em filosofia na mesma universidade que Lélia, e desempenhou um papel importante em seu despertar para questões políticas.

A década de 60 foi dura para Lélia, pois seu marido cometeu suicídio e sua mãe falecera. Essa dupla perda representou um marco para que ela buscasse sua identidade social e racial. Neste momento, ela volta a olhar para sua mãe de outra forma e reconhece nela uma forma simples, porém sofisticada de processar a sociedade de sua época. Olha para a comunidade pobre da qual se afastou para questionar seus processos de embranquecimento.

Quando se casou com um homem que atualmente seria denominado como “pardo”, começou a questionar as armadilhas psíquicas da ideologia racial, porque via nele uma recusa de se reconhecer negro. Foi neste mesmo período que se voltou à psicanálise e construiu o conceito de Amefricanidade.

Em 1979, sendo a única pessoa negra entrevistada para o livro *Patrulhas ideológicas*, que continha depoimentos de artistas, intelectuais e militantes, Lélia rememorou e conjugou sua busca pela psicanálise e pela cultura negra, especialmente ao candomblé. Isso aconteceu após sua “tomada de consciência” racial e de gênero e diante da crítica aos circuitos que pertencia. (Ratts e Rios, 2010, pg. 50).

Este período marcou o trânsito intenso da pensadora nos movimentos sociais e de cultura negra, como o Ilê Ayê, movimentos negros do Rio de Janeiro e São

Paulo, e sua aproximação do candomblé. Gonzalez foi uma das fundadoras do MNU (Movimento Negro Unificado), ao lado de João Adão de Oliveira e Milton Barbosa em dezoito de junho 1978. Essa participação significa um marco do aumento da vigilância sob sua atividade política. Antes dele, seu nome havia aparecido nos arquivos do DOPS apenas uma vez, "juntamente com o professor Lincoln Penna", com quem supostamente estaria "desenvolvendo trabalhos de recrutamento de adeptos à doutrina marxista".

Ela passou, então, a ser vista como uma figura subversiva. Em 30 de outubro de 1978, seu nome foi registrado em um relatório do DOPS, juntamente com o de Abdias Nascimento – este com uma longa trajetória no movimento negro e já era monitorado pelo DOPS desde a década de 1940. O mesmo documento que registrou o encontro entre Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento também mencionava o envolvimento de Abdias com o Teatro Experimental do Negro, destacando suas conexões com "artistas, radialistas e músicos". (Hasenbalg e Rios, 2010).

Comentários sobre o artigo em questão e seus fundamentos teóricos

As décadas de 1970 e 1980 marcam intensa produção de Lélia. Foi neste período que suas obras marcam a influência das teorias marxistas da dependência (TMD), como nos textos "Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra", "A juventude negra brasileira e a questão do desemprego" e "A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica", os três escritos em 1979, durante o período de distensão da ditadura militar, bem como durante a fase de amadurecimento da "Lélia" ativista.

O artigo "A juventude negra brasileira e a questão do desemprego" foi apresentado pela primeira vez no encontro anual da African Heritage Studies Association, em Pittsburgh, com o título "*Brasilian Black Youth and Unemployment*". A pensadora inicia o texto descrevendo de forma sucinta o que significa "subdesenvolvimento" no quadro geral das trocas comerciais internacionais e como ele caracteriza a condição da dependência para o Brasil, a partir da leitura marxista

[...] Queremos falar da problemática do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse sentido, o Brasil não deixa de ser uma espécie de modelo, uma vez que sua dependência econômica neocolonial – exportação de alimentos e de matéria-prima para as metrópoles do capitalismo internacional – juntamente com a permanência de formas

produtivas anteriores e a formação de uma massa marginal caracterizam essa problemática. (Gonzalez, 1979. p. 45).

Pelas referências usadas ao longo dos três textos citados, Gonzalez denuncia forte influência da produção de José Nun, especificamente em seu artigo “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal”, onde o autor cria uma sistematização para a compreensão das categorias de trabalho derivadas do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro sob o neocolonialismo, e sua sazonalidade conforme as oscilações de aquecimento ou enrijecimento da estrutura produtiva brasileira.

Nun afirma que há, nas estruturas produtivas dependentes, faixas de trabalhadores e trabalhadoras que extrapolam a função do exército industrial de reserva como formulado por Karl Marx em O Capital, volume I, durante o período da Inglaterra industrial – espaço-tempo das observações de Marx e Friedrich Engels. Se esta faixa da classe trabalhadora tem por função pressionar para baixo o nível de assalariamento do proletariado, na América Latina existe uma camada da população que sequer exerce esta função. Ou seja, Nun denomina “massa marginal” uma terceira categoria de trabalhadores e trabalhadoras cuja absorção pelo mercado de trabalho é esporádica e supérflua.

Lélia Gonzalez em seu artigo faz menção direta a esta categoria, atrelada à ideologia racial:

Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas populações. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira. (Gonzalez, 1979, p. 45).

É importante ressaltar que o conceito de superpopulação relativa, também marxista, denomina de forma pedagógica um “excesso” de população que apenas existe “em relação a” um modelo produtivo, o modelo capitalista. Por ser um sistema que tende a maximizar lucros por sua essência concorrencial, a composição orgânica do capital tendencialmente aumenta seu componente morto – máquinas e suas inovações tecnológicas -, e diminui o componente vivo, a força de trabalho humana. Quando não a reduz em quantidade, reduz em remuneração. E o exército

industrial de reserva e as massas marginais desempenham papel central neste rebaixamento, pois condicionam o trabalhador à falta de opção. Isso implica em más condições de trabalho, exploração e, em última instância, o genocídio da população negra (Borges, 2020; Moura, 2021; Góes, 2023).

Lélia afirma que o Brasil é caracterizado por uma divisão racial que fundamenta o sistema econômico e é reafirmada por ele. Ou seja, a ideologia racial organiza a racionalidade econômica do país a tal ponto de viabilizar uma superexploração do trabalho que favorece o desenvolvimento capitalista em esfera global.

Enfim, a produção de Lélia é inovadora, e une forças ao pensamento de Clóvis Moura, por vincular o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro à questão racial. Lélia vai adiante pois vincula as estruturas econômicas, a partir de uma leitura marxista, às ideologias de raça e gênero. Em “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, artigo curto, porém sofisticado, a autora denuncia a contínua perseguição, opressão e violência policial como algo derivado da marginalização econômica dos jovens negros e não da “vadiagem”, como o Estado brasileiro e o mito da democracia racial difundidos à época afirmavam. Uma escrita lúcida em pleno período de ditadura e que permanece atual em pleno século XXI.

Referências

BORGES, J. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

MOURA, C. **Negro**: de bom escravo a mal cidadão? 2. ed. São Paulo: Dandara. 2021.

GÓES, W L. **Racismo, Eugenia no Pensamento Conservador Brasileiro**: a proposta do povo em Renato Kehl. Editora Liber Ars, 2023.

RATTS, A. RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. Coleção Retratos do Brasil Negro. Coordenação: Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2010.